



PATRIMÔNIO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA URBANO-RIBEIRINHA: CONCEPÇÕES SITUACIONAIS A PARTIR DAS MARGENS

Estevan Bartoli¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1238-3187>

¹ Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, AM, Brasil¹

Artigo recebido em 29/10/2023 e aceito em 14/12/2023

RESUMO

O objetivo do texto é contribuir para análise de sistemas territoriais em regiões “marginais”, cujas dinâmicas são permeadas de processos contraditórios e conflitivos, alicerçando a proposta do Patrimônio Territorial Situacional (PaT-S). A partir de aportes teóricos e resultados de pesquisas, os objetivos específicos buscam: i) inserir elementos teóricos críticos para análise do patrimônio territorial considerando as particularidades de um recorte amazônico urbano-ribeirinho; ii) realizar análise das dimensões coevolutivas que sinalizam instabilidades situacionais; iii) realizar análise de sistemas territoriais partindo da mediação das cidades e do fenômeno urbano. Os resultados apresentam cenários de manifestações territoriais sobre Parintins (AM), que nos servem como balizadoras para avanços teóricos: o singrar urbano ribeirinho e o circuito de ilegalidade na extração e comercialização de madeira.

Palavras-chave: patrimônio territorial; urbano; sistemas territoriais; situação; Amazônia.

TERRITORIAL HERITAGE IN THE URBAN-RIVERINE AMAZON: SITUATIONAL CONCEPTIONS FROM THE MARGINS

ABSTRACT

The purpose of the text is to contribute to the analysis of territorial systems in “marginal” regions, whose dynamics are permeated with contradictory and conflicting processes, supporting the proposal of Situational Territorial Heritage (PaT-S). Based on theoretical contributions and research results, the specific objectives seek to: i) insert

¹Professor da Universidade do Estado do Amazonas - campus de Parintins, possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (2001), especialização em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP), mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2009) e é doutor em geografia pela UNESP de Presidente Prudente (2017) com estágio na Universidade Ca' Foscari de Veneza. Realiza pesquisas nas áreas de geografia urbana e análise territorial, com ênfase em sistemas territoriais para o desenvolvimento territorial em cidades na Amazônia. É líder do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM). E-mail: ebartoli11@gmail.com

critical theoretical elements for the analysis of territorial heritage considering the particularities of an urban-riverine Amazonian area; ii) perform an analysis of the coevolutionary dimensions that signal situational instabilities; iii) carry out analysis of territorial systems starting from the mediation of cities and the urban phenomenon. The results present scenarios of territorial manifestations on Parintins (AM), which serve as beacons for theoretical advances: the riverside urban progress and the circuit of illegality in the extraction and commercialization of wood.

Keywords: territorial heritage; urban; territorial systems; situation; Amazon.

PATRIMONIO TERRITORIAL EN LA AMAZONÍA URBANO-RIVERSA: CONCEPCIONES SITUACIONALES DESDE LOS MÁRGENES

RESUMEN

El objetivo del texto es contribuir al análisis de los sistemas territoriales regiones “marginales”, cuyas dinámicas están permeadas de procesos contradictorios y conflictivos, sustentando la propuesta de Patrimonio Territorial Situacional (PaT-S). Con base en aportes teóricos y resultados de investigaciones, los objetivos específicos buscan: i) insertar elementos teóricos críticos para el análisis del patrimonio territorial considerando las particularidades de una región amazónica urbano- ribereña; ii) realizar un análisis de las dimensiones coevolutivas que señalan inestabilidades situacionales; iii) realizar análisis de los sistemas territoriales a partir de la mediación de las ciudades y el fenómeno urbano. Los resultados presentan escenarios de manifestaciones territoriales en Parintins (AM), que sirven como faros para avances teóricos: el progreso urbano ribereño y el circuito de la legalidad de la extracción y comercialización de la madera.

Palabras clave: patrimonio territorial; urbano; sistemas territoriales; situación; Amazonas.

INTRODUÇÃO

O objetivo do texto é realizar um ensaio teórico-metodológico crítico, que contribua com avanços nos debates recentes realizados no primeiro Colóquio Geografia Fora do Eixo e no primeiro livro (CASTRO *et al*, 2022). De maneira geral, os textos apresentados nessa primeira coletânea tratam (entre outros assuntos), da valorização de abordagens situacionais refletindo sobre os paradigmas que as alicerçam, onde: propostas de práxis territorial de pesquisa-ação-participativa embasam a ciência popular vinculada ao povo de cada território e lugar (SAQUET, 2022); valoriza-se abordagens do lugar com escalas nas quais o sentido de pertencimento, de identidade, de ‘ser’ são fundantes (CASTRO; SODRÉ, 2022); há busca da autodecolonialidade pautada no entendimento do cotidiano, que permite realizar a ciência pós-ocidental, decolonial, ética, democrática e situada (FERREIRA, 2022); apropriações territoriais e a territorialização dos movimentos, em suas múltiplas dinâmicas transformam identidades e criam valores, normas e instituições (FERNANDES, 2022); o estudo do processo urbano na Amazônia necessita de renovação teórico-metodológica com centralidade nos sistemas territoriais situacionais e suas complexas interações coevolutivas (BARTOLI, 2022).

Portanto, como avanço a esse debate, pretende-se propor elementos sobre o Patrimônio Territorial Situacional (PaT- S) a partir das “margens”², pois entende-se que as dinâmicas no território são permeadas de processos contraditórios passíveis de serem estudadas através da análise de sistemas territoriais. A partir de aportes teóricos e resultados de pesquisas, os objetivos específico buscam: i) inserir elementos teóricos críticos para análise do patrimônio territorial relacionado às particularidades de um recorte amazônico urbano-ribeirinho; ii) realizar análise das interações entre esferas coevolutivas que sinalizam tensões e instabilidades no território; iii) propor dimensões relacionais para a leitura e construção da noção do PaT-S. A base empírica discutida apresenta cenários de duas manifestações territoriais sobre Parintins (AM), que nos servem como balizadoras para avanços teóricos. A primeira relativa às territorialidades navegantes, e a segunda sobre a ilegalidade do circuito madeireiro compoendo dinâmicas que envolvem setores populares em constante entrelaçamento com setores dominantes do capital mercantil.

Nesse ínterim, o argumento do presente texto ressalta que enquanto as práticas espaciais de sujeitos não hegemônicos são valorizadas em estudos decoloniais, nota-se certa omissão sobre o entendimento das configurações dominantes e situacionais nas margens. Essa negligência pode inferir em romantismo, obscurantismo e cegueira no debate crítico encampado sobre o patrimônio territorial. O desafio de evitar leituras generalizantes pós-estruturalistas decorre pela variedade de configurações e formações socioespaciais do território brasileiro.

O renascimento do olhar Amazônico³ e a ampliação da noção de patrimônio territorial

Paradigmas científicos são embasados em conceitos e teorias datadas, onde muitos resistem até a atualidade carregando um proselitismo não empírico e às vezes até dogmático, que reforçam estigmas sociais e narrativas “romantizadas” como no caso do uso do termo “caboclo” (CRUZ, 2008; GODOY, 2021). Obliteram, portanto, as percepções sobre os conteúdos e processos sociais, reificando trajetórias e concepções dominantes.

Dias (2007), descreve como a cidade de Manaus sofreu seu primeiro surto de urbanização (1890/1920), graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital via economia do látex.

²O termo “margens” será empregado dialogando com a concepção utilizada por Quijano onde “la cuestión de la “marginalización” se refiere a un mecanismo de las relaciones entre capital e trabajo, no algo que ocurra fuera del capital, de la sociedad o del poder en general” (Quijano, 2000: 12), porém associando à noção de situação, o que inclui o pesquisador como sujeito ativo num contexto amazônico urbano não metropolitano.

³ Agradeço as contribuições de José Sobreira Filho e Marcos Aurélio Saquet na revisão crítica desse primeiro subitem.

Embelezar e modernizar Manaus, foi o grande objetivo dos administradores elitistas desta época. Inspirada na obra *Fausto, de Goethe*, a autora remete que as elites criaram a ilusão de que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente, para imigração, o capital e o consumo. Era preciso adequar a cidade a uma nova função social, sendo necessário alterar o modo de vida da população, seus costumes e hábitos⁴, destruindo as formas sociais consideradas atrasadas pelos preceitos de modernidade vindos da Europa, sem a compreensão das condições concretas do homem da região (de suas diferenças e especificidades).

Parece-nos claro que novas “ilusões de Fausto” são encampadas atualmente como panaceias milagrosas em concepções de “desenvolvimento” que parecem sempre distantes da realidade da Amazônia. No que tange ao debate urbano, a lista é longa. *Smart City*⁵, economia circular, empreendedorismos urbanos, e tantos outros modismos que ambientes acadêmicos e universidades absorvem e reproduzem acriticamente, devem ser questionados quanto a seus paradigmas, suas lógicas e intencionalidades políticas inseridas nas tecnicidades (SANTOS, 2006), e principalmente, na formação da subjetividade neoliberal que tais propostas ensejam.

Depois de seis décadas de avanços das frentes de ocupação e colonização capitalistas intensificadas após o período ditatorial militar perpetrado pelo golpe de 1964, os paradigmas fossilista-fordista e neodesenvolvimentistas (CASTRO, 2016), embasados a conversão da natureza em mercadoria e o estabelecimento de frentes mercantis continuam avançando. Junto a esses paradigmas ainda latentes, outra forma paradigmática de valoração da “floresta em pé” tem ganho entusiastas e força crescente em diversas frentes que configuram o paradigma biotecnológico flexível, partindo de vetores tecno-ecológicos (BECKER, 2008). Visando a apropriação da natureza para formação estoques de matéria-prima genética, valoração de serviços ecológicos ecossistêmicos, e diversas configurações flexíveis financeirizadas, este novo paradigma conta com atividades do neoextrativismo de commodities (GUDYNAS, 2009), indústria 4.0, tecnologias verdes de eficiência ecológica, biocosméticos, entre outras. Tais atividades propiciam a reprodução do capital com pretensa conservação, mas impondo processos de desestruturação social, étnica e espacial e acelerando processos de alienação territorial.

⁴ As funções do espaço foram redefinidas. Para cada igarapé aterrado, surge uma avenida ou é alargada uma antiga viela. Uma forma de arruamento harmônico e uso do espaço é imposta nos planos de embelezamento de Manaus. O tecido urbano passa a configurar um novo formato de cidade, contando com novos grupos sociais em suas mais diferentes relações, situações e conflitos. (DIAS, p. 35)

⁵ A narrativa *smart*, mostra possíveis mecanismos de produção desigual do espaço urbano a partir de parâmetros inteligentes de estruturação. A cidade inteligente omite, portanto, os problemas de universalização e reproduz, se não exacerba, a produção de desigualdades socioespaciais mediante a legitimação técnica (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Os paradigmas supracitados se fundem e se sobrepõem, confundindo a sociedade a partir de discursos neo-coloniais e sustentáveis. Frentes vinculadas ao agro-bio-minero-hidro-negócio tem capitaneado setores importantes da sociedade, inclusive universidades e centros de pesquisa, impondo agenda e posicionando uma narrativa ideológica dominante que se desdobra na invisibilidade das redes de sujeitos, grupos, famílias e povos, reproduzindo-se a dominação das classes populares. A própria formação da Amazônia testemunha uma constelação de instituições evidentemente comprometidas com um projeto de “preparação” do território aos auspícios do Estado e em defesa dos interesses hegemônicos.

Essas novas configurações impõem à Geografia e demais ciências humanas desafios de reinterpretar a Amazônia a partir “de dentro”, “fora do eixo” ou “da margem” como preferimos nomear. As dominantes estratégias da “modernidade-colonialidade” deságuam nas pesquisas impondo a objetificação dos sujeitos pesquisados, que tendem a torná-los passivos, sem ponto de vista e voz. Essa estratégia de nomear e designar os sujeitos tornados objetos, é uma forma de dominação em que, quanto menos os sujeitos falarem, mais o pesquisador pode escrever⁶. Podemos considerar o que inviabiliza a correta caracterização dos diferentes povos amazônidas, já que “tomá-lo pela sua característica mais comparável com a cultura da sociedade moderna é uma forma de diminuir a sua diversidade para enquadrá-la em fragmentos comparáveis” (GODOY, 2021, p.55).

Um paradoxo se eleva a partir do novo paradigma capitalista flexível em curso: essas novas tentativas de dar visibilidade às populações amazônicas são passíveis de serem apropriadas ou absorvidas por setores dominantes que visam dar uma falsa sensação de empoderamento a esses sujeitos. A construção de ferramentas de governança no território pode ser enganosa. As frentes hegemônicas se movimentam articulando a produção da imaginação geográfica (SERPA, 2008) a partir da concepção neoliberal. Exemplo das diversas iniciativas de economia florestal com uso de aplicativos de celulares onde as comunidades fornecem dados detalhados sobre a composição de suas territorialidades. Essa estratégia “pós-moderna” (no sentido de preparar novas frentes de acumulação flexível), passa a absorver tais populações para a “gestão” mercadológica do território, possuindo a intenção de esvaziar os sentidos de suas lutas sociais, retirando das populações locais o protagonismo frente aos embates necessários para formação de resistências.

Essa lógica tecnológica pode impor signos distintivos e iconografias para representar realidades complexas (que passam a ser simplificadas), e que estariam nas palmas das mãos de qualquer pessoa em

⁶Há imposição de utilização de termos e nomes para classificar, onde o paradoxo do pesquisado e sua relação com o pesquisador burguês acarreta supressão da experiência histórica e geográfica de longa duração, reflexões úteis realizadas por Said (2007) abordando a visão que o Ocidente tem sob povos do sul.

um simples *smartphone*. Com participação crescente de empresas, setores do estado, ONGs e universidades, o galopante processo em curso prepara terreno para novas etapas de “governança”, destituindo e camuflando os embates pelos *comuns*⁷ recursivos amazônicos.

Nesse sentido, nosso apelo vai em direção ao “renascimento” do olhar amazônico para ampliação da noção de patrimônio territorial. Olhar este que nunca morreu, obviamente, pois os olhares dos oprimidos estão sempre a postos. Trata-se de reverter a lógica dos debates “sobre” a Amazônia, propondo olhares “pela” prática de seus povos, “por” empoderamento e protagonismo dos amazônidas e “para” a Amazônia com seus povos reivindicando retornos a territórios⁸.

Com o uso provocativo do termo *renascimento*, traça-se uma superficial analogia com o movimento europeu no fim da idade média: da mesma forma que setores da ciência, arquitetura, artes e da política (num sentido geral) foram calados e oprimidos durante séculos na Europa⁹ medieval, os povos da Amazônia também devem lutar contra a anulação, letargia e mordanças impostas durante cinco séculos de massacres e colonização. Inspirados em construções complexas das sociedades originárias, aspectos coevolutivos de longa duração são hoje patrimônio territorial herdado. Da mesma forma que os renascentistas recorreram à antiguidade clássica, os povos amazônicos atuais (incluindo os urbanos), podem e devem recorrer ao gigantesco cabedal de saberes ancestrais e às heranças de seus patrimônios territoriais. Um outro “renascimento” com “posição antropofágica” é urgente, demandando novas formas de se alimentar, morar, re-existir, e retornar e reordenar os territórios (zonais, escalares, reticulares, ancestrais, cosmológicos, etc.) a partir das cidades, universidades, terras indígenas, vilas e demais vastidões interioranas.

Enfim, a inovação e a inteligência territorial não podem ser reduzidas à informática das plataformas digitais, pois são necessárias outras culturas de ordenamento e formatos socioinstitucionais inovadores, usando os criativos territórios construídos pela longa interação socionatural dos que aqui habitam há milênios. Isso infere em repensar as dinâmicas que compõem o PaT-S e metodologias participativas visando construção de uma práxis dos sujeitos envolvidos em relação aos territórios vividos.

⁷ Uso do termo *comuns* no plural visando distinguir do debate sobre o *comum* feito por Dardot e Laval (2014), muito mais amplo e também necessário.

⁸ O termo retorno ao território possui conotação de retomada das condições contextuais, recursivas, relacionais que foram sendo alijadas pelos processos de violência desterritorializantes. O retorno ao território foi abordado em Bartoli (2017) que analisou o movimento de populações que acessaram as cidades e “retornaram” a interiores com novas formas de construir práticas visando sobreviver frente ao acelerado processo urbano.

⁹ Vale ressaltar que foram as consequências do renascimento que propiciaram as investidas mercantis colonizadoras sobre a Amazônia.

Resumidamente, nesse cenário de disputas paradigmáticas, almeja-se contribuir para o desenvolvimento de uma noção mais ampla, porém situada, de Patrimônio Territorial que: i) se insere no posicionamento paradigmático crítico, decolonial e descentrado, reavaliando a produção do território a partir de situações periféricas consideradas “não dinâmicas” pelo modo dominante de ordenar o território; ii) seja uma forma de expressão das territorialidades de classes populares historicamente subalternizadas a serem valorizadas em busca de uma novo “modelo cívico territorial” (SANTOS, 2007); iii) reinterpreta criticamente o processo urbano como manifestação dos enlaces multiescalares e produções desiguais do espaço das ações do capital, mas, reposicionando as redes de sujeitos locais em novas virtualidades de ações e resistências; iv) interpreta que os recursos à disposição dos sujeitos podem ser ativados para se tornar patrimônios. Tais recursos são permeados por dimensões (economia, política, cultura e socionatureza/meio-ambiente) que apresentam diversas configurações coevolutivas analisadas através dos sistemas territoriais.

Patrimônio territorial, sistemas territoriais e os aspectos situacionais coevolutivos a partir da cidade

Pretende-se no presente item discutir como a construção teórico-metodológica da noção de patrimônio territorial pode alicerçar análises críticas, multidimensionais e situacionais mais complexas acerca da leitura do território. Os conceitos, elementos e variáveis que compõem a noção patrimônio territorial, para a construção de sua metodologia, se inserem na chamada abordagem territorial (SAQUET, 2008, 2011; COELHO NETO, 2013). Tal abordagem nos possibilita identificar componentes dos sistemas territoriais rumo ao entendimento da situação em que se inserem, sendo: a) resultantes da mediação do trabalho e da informação e dos sistemas de ações ou de comportamentos, cuja produção territorial faz intervir na tessitura, nó e rede, organizados hierarquicamente permitindo assegurar o controle, a integração e a coesão dos territórios (RAFFESTIN, 1993; 200); b) oriundos do processo de coevolução e interação de longa duração entre relações sociais e ambiente (MAGNAGHI; 2010); c) configurações resultantes da interação de horizontalidades e verticalidades, sob intensa pressão hegemônica da unicidade das técnicas e de suas intencionalidades (SANTOS, 2006); d) dinamizados por redes de sujeitos em diversas configurações de embates, disputas e contradições, portadores de territorialidades ativas ou passivas (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005); e) são frações de espaços permeados por expressões, processos e movimentos socioespaciais e socioterritoriais passíveis de ser caracterizados como espaços de resistência e territorialidades contra hegemônicas (FERNANDES, 2005; 2022; PEDON, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016; 2022); f) influenciados por lógicas exógenas (técnicas, científicas e

informacionais) que enquanto verticalidades, dimensionam configurações variadas de alienação territorial e alterações das horizontalidades (SANTOS; SILVEIRA, 2003); g) reestruturações espaciais que sinalizam sistemas "longes do equilíbrio" (MACHADO, 2005) cuja variedade nos elementos e nas interações constituem os diferentes arranjos espaciais e situações (CATAIA, 2015).

Neste percurso, alguns desafios surgem, como o de demonstrar formas de organização social, de tecnologia, do caráter cultural e identidade da ação coletiva, e a especificidade do caminho de desenvolvimento próprio de cada sistema territorial. Atrelado à possível busca de autonomia, mudanças na organização territorial e a ativação do habitante produtor como protagonista da reconstrução do valor territorial (MAGNAGHI, 2010).

Para Magnaghi (2010) o patrimônio territorial é constituído de um sistema vivente de alta complexidade, que enquanto recurso, em síntese, aparece em três posicionamentos: 1) dissipação /destruição – liberação do vínculo territorial produzido pela urbanização; 2) conservação do território para geração futuras; 3) valorização da identidade do lugar e criação adicional de recursos, que significa produzir novos atos territorializantes que aumentam o valor do patrimônio territorial. O autor distingue conceitualmente *valor*, entendido com valor de existência, de *recurso*, entendido como forma específica de interpretação do patrimônio por seu uso. Magnaghi (2010) aborda análise de requisitos multissetoriais e integrados de sustentabilidade sendo, por definição, antieconomicista (do momento que retém como catastrófica uma “sustentabilidade” subordinada às leis atuais de crescimento econômico) e antinaturalista, propondo uma abordagem *antropo-biocentrista*, fundamental para debate sobre o desenvolvimento local que valoriza o patrimônio territorial.

Essa caracterização sobre aspectos evolutivos do território, implica em descrever níveis de diversidade, entendidos como variabilidade potencial local, aumentando a gama de escolhas possíveis (DEMATTEIS 2005; DEMATTEIS; GOVERNA, 2005), pois o desenvolvimento local passa pela capacidade de reduzir desigualdades sem reduzir a variedade de opções e liberdades (SEN, 2010), que teria na ideia de patrimônio territorial artifício metodológico útil.

Contribuições relevantes de pesquisadores italianos advém também do grupo de Turim¹⁰ e o modelo Sistemas Locais Territoriais (SLoT), considerados em publicações diversas no Brasil como importantes referenciais teóricos críticos (SAQUET, et al, 2012, BARTOLI, 2017) . Mesmo oriundos de

¹⁰Coordenado por Giuseppe Dematteis na Universidade de Turim, envolve vários pesquisadores Sérgio Conti, Ana Segre, Francesca Governa, Egídio Dansero, Carlo Salone, oriundos do Politécnico e Universidade de Turim e outras universidades, como Vincenzo Guarrasi, Bruno Vecchio e Paola Bonora.

realidades tão díspares da Amazônia, considera-se como aportes relevantes para construção dialógica de teorias decoloniais.

O termo “evolução” costuma causar certo receio em ciências humanas, devido às combalidas teses sobre o darwinismo social, que interpretaram distorcidamente os ensinamentos de Darwin com fins eugenistas. Exceção é a expoente do anarquismo russo Piotr Kropotkin (1842-1921), que viu no mutualismo elemento importante da própria evolução, retomado posteriormente em diálogo frutífero com a teoria do comum (DARDOT; LAVAL, 2017). Ligado à corrente marxista, Harvey (2011) traz reflexão ilustrativa para o raciocínio sobre o processo coevolutivo do território. Descreve inter-relações e conflitos entre as necessidades de evolução técnica e social para acumulação do capital e as estruturas de conhecimento e normas e crenças culturais compatíveis com sua acumulação infinita. Ressalta que essas inter-relações têm desempenhado papel fundamental na evolução do capitalismo, levantando “esferas de atividades” para análise de trajetórias coevolutivas. Defendendo que o “capitalismo se manteve firme, pois envolveu-se em um movimento revolucionário perpétuo em todas as esferas para acomodar as inevitáveis tensões da acumulação do capital sem fim a uma taxa composta de crescimento” (Ibid., p. 113). Ressalta ainda que dentro de cada região, a dinâmica coevolutiva funciona de maneiras distintas¹¹.

Em estudo sobre realidades amazônicas Bartoli (2017, 2019) descreve características de sistemas territoriais e as esferas que estariam estagnadas na trajetória evolutiva das territorialidades de grupos urbanos. A concepção de evolução das relações está ligada à territorialidade que os grupos constroem, o que possibilitou a descrição de trajetórias coevolutivas e a qualidade das relações territoriais. Os rompimentos dos processos coevolutivos pelas atividades capitalistas podem ser interpretados enquanto processos de alienação territorial¹². Como abordado no I Colóquio Geografias Fora do Eixo, as condições de contexto que o recente processo urbano na Amazônia tem se manifestado regionalmente ocorrem a partir de um legado histórico, da produção geográfica de espaços desiguais e acirramento da competição inter-regional, com aceleração do processo urbano e do processo de desterritorialização (BARTOLI, 2022a). A *situação* fora discutida com a apresentação do modelo teórico-metodológico STUR (Sistema

¹¹ O equilíbrio entre essas esferas de atividades humanas é destacado por Harvey (2011) para a construção da alternativa socialista. O autor tece críticas às experiências que fracassaram onde não houveram coevolução em todas as esferas de interação humanas, pois as configurações regionais na divisão do trabalho e dos sistemas de produção são “feitas pela conjunção de forças econômicas e políticas e não ditadas pelas chamadas vantagens naturais. Suas criações, inevitavelmente, envolvem uma coevolução regional” (Ibid., p. 160). Arranjos institucionais e territoriais distintos são formados por contextos culturais situados.

¹² Há ligação clara entre poder e saber, onde a energia é transformada em informação, e esta última, pode liberar mais energia e força, que de acordo com Raffestin (1993) são dominados pelas organizações, que “ao separarem a energia da informação, no nível do trabalho, realizam a primeira fissura social [...] então, a energia liberada pode ser combinada com uma outra informação onde os homens perdem assim, a capacidade original de transformação, tornando-se alienados (Ibid, p.53)”.

Territorial Urbano-Ribeirinho), composto por diversos subsistemas na dinâmica cidade-território-região demonstrando *condições de contexto*.

Portanto, tem-se no artifício teórico metodológico dos sistemas territoriais caminho metodológico para análise do patrimônio territorial. Em Bartoli (2020c, 2022a) sintetizamos avanços metodológicos e discussão de resultados para interpretação do processo urbano na Amazônia e em quais aspectos a proposta dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR) avança. O desenvolvimento do modelo STUR faz análise do “retorno ao território” de populações que migraram para cidades e que recentemente passaram a reconstruir redes complementares através da interação com o meio urbano. A análise possibilita entendimento da constante reterritorialização e novas mediações urbanas, ocorrendo a coevolução das articulações territoriais transescalares (BARTOLI, 2017). Elenca-se elementos para reconduzir a interpretação do território a partir da cidade, que é cenário de coalizões, negociações, conflitos, articulações e redesenho dos projetos das redes de sujeitos. Populações indígenas e interioranas antes distanciadas da *presença da cidade como recurso*, do acesso a bens de consumo, educação, instituições, etc., hoje usufruem do meio urbano enquanto possibilidade de novas interações com ambientes rurais, comunidades, aldeias, vilas e distritos (BARTOLI, 2015; 2017).

O modelo analítico STUR propõe detalhar circuitos informais da economia popular inseridos em contexto específico de intensa relação com a fração local do capital mercantil¹³. Considera-se o comportamento espacial de tais circuitos e as dinâmicas transescalares compondo complexas relações com a rede urbana regional, forte influência da metrópole Manaus em disputa com a rede urbana paraense, e escalas nacionais e globais.

Moldando espaços intraurbanos e realizando intensas trocas, deslocamentos e intercâmbios com as áreas de entorno, o papel mediador que o STUR abrange vertentes apresentadas em Bartoli (2017; 2018a; 2018b; 2018c; 2020; 2022), num modelo geral cujas variações ocorrem a partir da situação de cada núcleo urbano e pela variedade das territorialidades que sujeitos constroem em subsistemas.

Em nossa participação junto ao Projeto de Pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* (ProPAT)¹⁴ a partir de 2021, tem percorrido o esforço de propor e validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de

¹³ Os detalhamentos sobre a composição e dinâmicas do capital mercantil na microrregião de Parintins foram feitos em publicações diversas (BARTOLI, 2017; SILVA; BARTOLI, 2019).

¹⁴ Projeto de pesquisa coordenado pelo professor Valdir Roque Dallabrida, professor visitante da Universidade Federal do Paraná (UFPR), referente à bolsa produtividade em pesquisa (CNPQ). Paralelamente, no âmbito da UFPR/PPGDTS está em execução o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*.

análise. A finalidade é contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento tendo o patrimônio territorial como referência.

Nos avanços das discussões do ProPAT que compõem um dossiê¹⁵ (DALLABRIDA, 2022), lacunas analíticas surgem devido às grandes disparidades regionais. Tais aprofundamentos para análise de regiões de baixa dinâmica econômica (mas com alta sociobiogeodiversidade e intensas dinâmicas socioculturais), necessitam ponderações sobre esferas interativas, que possibilitam apreender lógicas de ordenamento do território em seu movimento contraditório e eivado de conflitos. O quadro 1 apresenta-se as dimensões e elementos discutidos no primeiro dossiê ProPAT e as constatações do modelo STUR sobre a microrregião de Parintins.

Quadro 1 – Dimensões, elementos e dinâmicas para análise do PAT-S

Dimensões	Elementos * (Dossiê proPAT)	Dinâmicas situacionais mediadas pela esfera urbana Referência: micro região de Parintins (análise STUR)
Econômica	a) Sistemas Produtivos Territoriais b) Sistemas Agroalimentares Locais e/ou agrossilvo-pastoril c) Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas d) Empreendimentos sociais e cooperativos e) Trajetória socioeconômica do território	- submissão histórica dos circuitos extrativos e produtivos às redes locais de poder vinculadas a setores do capital mercantil. - quadro de fragilidade econômica das cidades com grande dependência de repasses governamentais. - ausência de especializações produtivas nas cidades pequenas, cujos circuitos incompletos nas cadeias de valores não possibilitam formação de novas divisões sociais e territoriais do trabalho.. - continuidade de padrões de drenagem de renda associados a circuitos de ilegalidade. - competição inter-regional afetando cadeias locais rurais e urbanas. - significativa presença de atividades que propiciam soberania produtiva e alimentar: abastecimento do mercado urbano com recursos regionais e produção local; recepção e processamento de produtos na economia popular dos bairros. - redes de sujeitos com múltiplas atividades econômicas nos interiores e na cidade. - inexpressivas e pouco numerosas experiências promissoras de cooperativas.
Humana e intelectual	a) expansão das liberdades instrumentais e de agência (poder e controle) b) abordagem das capacidades c) saberes e grupos humanos d) conhecimentos tácitos, codificados, sintéticos e analíticos / incorporados, objetivos e institucionalizados. e) formais e informais a partir de redes de sociabilidade	- instalação recente da rede de ensino superior em Parintins, mas insuficiente presença de cursos que supram diretamente as lacunas dos circuitos potenciais sub-regionais. - variado cabedal de saberes e práticas territoriais: na construção de intrincadas articulações das redes de sujeitos com os entornos das cidades a partir de complexas territorialidades. - acelerado processo de perda de vínculos territoriais com as áreas interioranas devido à rápida migração/êxodo para as cidades.

¹⁵ Dossiê Patrimônio Territorial: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/issue/view/73>

Socio - natureza	<p>a) (Bio)Geodiversidade expressada na presença dos geossítios</p> <p>b) cesta de Bens e Serviços Territoriais</p> <p>c) vulnerabilidade Ambiental Urbana</p> <p>d) agroecossistemas, como expressão da sustentabilidade rural</p> <p>e) política de Estado para a Sustentabilidade</p>	<p>- desmatamento ligado aos ciclos regionais econômicos, principalmente da pecuária; declínio de estoques de setores extrativistas, pescador e de caça.</p> <p>- intenso condicionamento dos sistemas territoriais em relação ao sítio, geomorfologia conformando a morfologia urbana.</p> <p>- STUR e STUF como mediadores dos impactos ambientais, onde há aumento das forças centrífugas e centrípetas por demanda de recursos em atividades diversas.</p> <p>- presença residual de formas tradicionais de agricultura e extrativismos de baixo impacto</p> <p>- água urbana de péssima qualidade (saneamento e abastecimento)</p>
Cultural	<p>a) valores e códigos de conduta.</p> <p>b) saberes e fazeres da cultura</p> <p>c) manifestações Culturais.</p> <p>d) equipamentos culturais (orçamento)/ Acesso e distribuição às políticas de cultura.</p> <p>e) estrutura de mídia.</p> <p>f) economia criativa</p>	<p>- paisagem cultural híbrida: morfologia urbana de bairros populares são nós multireticulares das redes urbano-ribeirinhas; arquitetura vernacular e espaços de vivências ribeirinhas.</p> <p>- festas regionais formam redes no STUR; musicalidade, gastronomia, religiosidade (presença de vertentes do Santo Daime) e vínculos territoriais afetivos (topofilia);</p> <p>- temporalidades e territorialidades ligadas a aspectos herdados da cultura cabocla-ribeirinha indígena com influência da sazonalidade hídrica regional; espontaneidade, inventividade, originalidade e plasticidade das ações e estratégias.</p> <p>- Festival Folclórico de projeção regional/nacional; consta com potencial polo de economia criativa com enorme quantidade de artistas, estúdios, escolas de arte e as agremiações dos bumbás.</p>
Social	<p>a) Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços</p> <p>b) Formas de organização e interação</p> <p>c) Valores, normas e estruturas sociais</p>	<p>- intensa submissão de formas tradicionais de territorialidades aos auspícios e coordenação da fração do capital mercantil local.</p> <p>- experiências de cooperativismo rarefeitas onde as redes locais apresentam outras formas colaborativas.</p> <p>- formação de densas redes de sociabilidade constituídas por relações de parentesco, trocas de produtos e produção para autoconsumo, fornecendo produtos a parentes, vizinhos e amigos (redes de “agrados”)</p> <p>- articulação de atividades ilegais: roubo de gado, garimpos, tráfico de drogas, pesca e caça predatórias, extração/madeira, etc.</p> <p>- mediações de Colônia e sindicato de pescadores.</p>
Institucional	<p>a) Capacidade administrativa da estatalidade no território</p> <p>b) Políticas Públicas de apoio ao desenvolvimento</p> <p>c) Atores, instituições e arenas de concertação</p>	<p>- Impactos negativos do Projeto Polo Industrial de Manaus conformando uma das mais desiguais redes urbanas do país¹⁶; insuficiência de políticas públicas nos interiores do estado.</p> <p>- experiências de instituições no processo de articulação territorial ainda embrionárias; tímidas implementações de políticas públicas de gestão territorial e urbanas; invisibilidade do STUR</p> <p>- desmonte recente dos órgãos reguladores / fiscalizadores de meio ambiente causando aumento dos impactos ambientais;</p>
Paradigmas críticos úteis em complementações de análises do processo urbano no PAT-S		

¹⁶ O projeto Zona Franca de Manaus, criado em 1957, redinamizado, reformulado e ampliado no período militar, contou com maciça propaganda de estímulo à migração para a capital, força centrípeta de mão de obra de diversas regiões, que acabou gerando uma macrocefalia urbana que abarca hoje 51% da população do Amazonas concentrados em Manaus. Além das diversas críticas ao modelo ZFM (hoje considerado polo industrial), frações enormes do território antes povoados por populações ribeirinhas, ou mesmo cidades interioranas tornaram-se áreas de evasão, emigração, causando desconexão com usos do território e suas horizontalidades (SANTOS, 2004) por práticas de subsistências, roçados, pesca ou povoamento indígena. Manaus, cidade difusa, fragmentada e em constante expansão do plano em formas variadas com acentuada segregação socioespacial, contrasta com cidades interioranas com dinâmicas diversas, mas ainda dependentes de repasse de recursos estatais e do funcionalismo público, que mantém a mínima circulação de renda nessas cidades.

a) **Abordagens territoriais e urbano-regionais**: entendimento da produção e circulação necessárias, tecnologias sociais, redes de comércio justo e agroecologia em contraposição à alienação territorial; necessidade de incluir os embates competitivos entre regiões (escalas diversas) e os impactos gerados; b) **Geografia Urbana**: incompletudes do processo urbano; fragmentação do território; formas específicas interativas e contraditórias entre: processo urbano como manifestação da integração ao mercado capitalista nacional e formas não capitalistas (capitalismo associado); as ações a partir das cidades objetivando concretizar a existência humana e a reprodução da vida. c) **Ecologia política urbana**¹⁷: ênfase no caráter distributivo das atividades socioeconômicas e seus impactos socioambientais considerando a cidade como nódulo propulsor de entropia e alteração do metabolismo; d) **Relação rural-urbano**: abordagem não dicotômica; articulações dialéticas com foco nos papéis e sentidos urbanos; indagar como o processo urbano afeta a formação/transfiguração do campesinato causando colapso em sistemas agrários; centralidade nos processos contenciosos do território tendo a arena urbana como palco de manifestações da formação de movimentos socioterritoriais e contra-hegemônicos; e) **Micro redes socioterritoriais**: considerar a capacidade de interpretação imediata das dinâmicas de situação em contexto de pobreza e a margem de liberdade e capacidade criativa das práticas cotidianas.

Fonte: organizado pelo autor com base em Bartoli (2019a; 2019b; 2020a; 2020b; 2020c; 2021a; 2021b; 2022). * Os elementos da segunda coluna foram extraídos do dossiê ProPAT.

Territorialidades do singrar e a (i)legalidade do circuito madeireiro

Pela fragilidade econômica dos municípios, uma das lacunas explicativas para entendimento da dinâmica das cidades estudadas, seria investigar até que ponto a “cultura herdada” de ciclos econômicos passados compõem o movimento atual de desterritorialização contínuo, que enquanto componente da acumulação primitiva permanente (BRANDÃO, 2010) veio se redesenhando sem cessar até a atualidade com forte interação com circuitos de atividades ilegais.

A complexa relação entre legalidade/ ilegalidade permeia debates sobre a inconsistência teórica e filosófica da declaração de estado de coisas inconstitucional, onde a ilegalidade se torna difusa e há generalizada violação de direitos humanos produzida no interior de relações jurídicas concretas e observáveis (VASCONCELOS, 2017). Ao admitir que há ilegalidade difusa, o sistema político-jurídico se esforça para uma “auto-isenção”, criando novas esferas que reforçam seu poder (LUHMANN, 1996). Não há pretensão tampouco espaço neste texto de realizar o denso e necessário debate sobre a formação do direito do Estado em sua formação ideológica das jurisdições (LUKÁCS, 2003). Ou mesmo análise da forma jurídica em sua configuração mais abstrata (PACHUKANIS, 1989)¹⁸ onde os instrumentos jurídicos são produtos de relações sociais, que nesta sociedade de classes estão em disputas e promovem conflitos (HOLSTON, 2013).

¹⁷ Campo que conflui diversas disciplinas com objetivo de estudar como os grupos sociais se relacionam com os lugares que habitam (STRACCIA; PIZARRO, 2019). Exemplo fértil é sobre o controle da água onde “si únicamente aquéllos que tienen el poder controlan el agua, y aquéllos que tienen agua manipulan a los que tienen el poder, entonces aquéllos que no tienen poder no tienen agua” (SWYNGEDOUW, 2004, 61).

¹⁸ “o desaparecimento das categorias do direito burguês significará nestas condições o desaparecimento do direito em geral, isto é, o desaparecimento do momento jurídico das relações humanas”.

A ilegalidade como modo contínuo existente na grilagem de terras, cuja eficiência de se envolver a ilegalidade em teias de relações sociais legítimas (TORRES, et al. 2020)¹⁹, pode ser analisada também pelo prisma das mediações urbanas. Os circuitos de ilegalidade participam historicamente da consolidação das redes urbanas tendo as cidades como bases de suas ações, apresentam hoje associações ainda mais intrincadas com organizações criminosas nacionais²⁰. Interessa-nos entender que as ilegalidades passam a compor uma vasta economia de práticas que envolvem agentes do controle social, sujeitos de direito, gestores públicos e demais envolvidos em tramas que exploram as brechas e margens da legalidade (ALBUQUERQUE; PAIVA, 2015). Os mercados e transações de recursos regionais como pescado, caça e extração de madeira, passam a sobrepor complexas relações com tráfico de drogas, controles territoriais e exploração humana²¹.

A análise empírica parte do ato do navegar e do *singrar*, ligados às práticas territoriais. A rarefação de sistemas de engenharia de grande porte na sub-região de Parintins como estradas, ferrovias, hidrelétricas e aeroportos, faz com que dois critérios sejam indispensáveis em sua análise: as territorialidades das dinâmicas fluviais e ribeirinhas. Cabe aqui a definição de como temos utilizado os termos ribeirinho e fluvial em nossas pesquisas. Utiliza-se *ribeirinho* para indicar reprodução de práticas espaciais e territorialidades associadas a populações interioranas cada vez mais adaptadas ao meio urbano: forte referencial simbólico – cultural no uso dos rios com temporalidades lentas, usos lúdicos, atividades laborais de subsistência e circulação para complemento de renda (predomínio do valor de uso), formando redes dinâmicas. Singrar estaria ligado a esse tipo de circulação atrelada a embarcações menores e de madeira no STUR. Já o termo *fluvial* é utilizado para descrever a prevalência do capital mercantil de intencionalidades e lógicas mais funcionais atreladas à circulação de mercadorias. Com uso de embarcações maiores, relacionadas a transporte de cargas (predomínio do valor de troca), opta-se por nomear esse sistema territorial dominante como STUF (Sistema Territorial Urbano-Fluvial).

¹⁹ (TORRES, et al. 2020, p. 153): “O Direito vai servindo para transformar em legal aquilo que anteriormente é crime, infração ou delito, mas assegura, sobretudo, essa transmutação jurídica às classes dominantes e transforma em crime o que era direito costumeiro ou territorialização ancestral. E ainda produz, ao menos juridicamente, a noção de legitimidade das práticas de dominação privada que favorecem a transfiguração de “grileiros” em “proprietários de terra”.

²⁰ Crime ambiental e o crime organizado estão associados na Amazônia.

<https://piaui.folha.uol.com.br/crimes-associados-na-amazonia/>

²¹ O crime organizado controla a rota do rio Javari, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, onde espécies vulneráveis como o pirarucu são retiradas ilegalmente de territórios indígenas.

<https://amazoniareal.com.br/especiais/triplice-fronteira/>

Portanto o singrar, como um momento da estratégia popular, manifesta internalização do processo urbano pelo hibridismo²² com as práticas do cotidiano/cotidianidade, cuja análise permite entender os nós das redes pessoais e coletivas compondo estratégias de sobrevivência situadas. O debate permeia a questão de quais condicionantes e singularidades estão presentes em situações diversificadas de pobreza na Amazônia, onde o singrar parte de contextos urbanos em relação dialética com os seus entornos²³ chamados popularmente de interiores.

Tanto a navegação fluvial mercantil como o singrar ribeirinho, são multidimensionais e transescalares, cujos movimentos e deslocamentos advém de ordens distintas, mas que se intercambiam e possibilitam contatos, propagação de ideias, valores, objetos e técnicas que dinamizam os sistemas de relações com a verticalidade. As horizontalidades a esse movimento são de ordem material e também imaterial de resistência, uma solidariedade criada a partir da co-habitação num mesmo espaço (CATAIA, 2015 – p. 19).

Os elementos que compõem as redes produzidas pelo singrar no Sistema Territorial Urbano-ribeirinho (STUR), já foram outrora discutidos (BARTOLI, 2017, 2018, 2022a; 2022b; BARTOLI; MARQUES, 2019), e sucintamente apontam: os impactos na forma urbana, a ocupação/privatização de beiras de rios, onde os fixos são interpretados enquanto nós multireticulares; existência de tipologias de fluxos influenciados pela interação entre capital mercantil e a economia popular urbana (incluído aspectos da bioeconomia – BARTOLI, 2022 b); a abrangência das áreas atingidas delimitando a circunscrição espacial dos fluxos (“hinterlândia”); o papel das embarcações como moradias.

Como continuidade de avanços metodológicos em estudos sobre cidades com intensas dinâmicas ribeirinhas e fluviais, a análise das práticas do navegar ou singrar permite: i) entender a natureza das redes, onde o localismo das relações sociais aparece como um tipo específico de homofilia²⁴; ii) qualificar a territorialidade descrevendo padrões de vínculo e tipos de redes ligados à esferas de sociabilidade; iii)

²² Vale a ressalva quanto ao uso do termo *hibridismo* devido sua complexidade, que pode tanto indicar tanto o afã desesperado pela modernização com existência de lacunas e incompletudes em relação ao eurocentrismo (SVAMPA, 2016), como parte do lento processo de imposição de técnicas que aos poucos vai submetendo as lógicas locais de uso do território à lógica dominante funcional e mercadológica para a acumulação do capital.

²³ Discussão aprofundada no texto de primeiro colóquio Geografias fora do Eixo (BARTOLI, 2022).

²⁴ Homofilia “é a propriedade das redes que dá formato conceitual à evidência empírica de que, por mecanismos diversos, pessoas com atributos comuns têm maior probabilidade de criar e manter vínculos entre si (Marques, 2010, p.44)”. Em diálogo sobre o método para esse tipo de pesquisa, Marques (2007) propõe uma ontologia relacional partindo das redes pessoais de famílias, apontando dimensões temporais das redes (mais longas, mais fortes, mais ou menos coesas, etc.). A estrutura territorial, os espaços e a pobreza heterogênea permitem caracterizar a pobreza na cidade de São Paulo, cujo padrão é radial e concêntrica. Nesse sentido, esferas de sociabilidade são espaços reconhecidos na constituição das redes: amizade, família, vizinhança, estudos, profissão/trabalho, diversão, associatividade.

analisar ritmos diferenciados e de temporalidades mais atreladas às condicionantes da sazonalidade regional que sempre foram marcantes na Amazônia; iv) interpretar a navegação fluvial como trunfo ao capital mercantil; v) descrever novos ciclos de territorialização do capital mercantil e suas variações escalares como papéis múltiplos dos comerciantes; vi) Sobre os sujeitos do STUR, descrever práticas, conhecimentos e valores enquanto conjunto de princípios, regras, normas que orientam a ação, compondo ainda conjunto de atitudes e costumes que dão ao grupo social sua unidade, fazendo parte da construção de identidades coletivas (CLAVAL, 2002, p. 21); vii) cartografar espaços de usos comuns em consonância com as redes socioterritoriais flexíveis e criativas de sujeitos situados nas periferias populares; analisar como as formas de circular estão relacionadas com a articulação entre territórios e a racionalidade no uso dos recursos, onde quanto mais escasso o recurso e quanto maior for o número de pessoas circulando numa área, maior será a disputa por territórios.

Demonstra-se em Bartoli (2019b) em análise do sistema pesqueiro, que o Sistema Territorial Urbano-Fluvial passa a ordenar a divisão territorial do trabalho a seu favor, afetando STUR ao impor uma lógica mais funcional, ditando preços e controlando o mercado urbano de absorção dos produtos e mercadorias advindos de florestas e rios. Por outro lado, não anula práticas espaciais e territorialidades criativas e flexíveis. Como demonstrado no modelo STUR, parte dos recursos regionais vindos dos interiores, assim como a madeira, são receptados pelo capital mercantil urbano, que encontra lócus privilegiado quanto menor for o desenvolvimento das forças produtivas. Isso lhe permite a ocupação de um espaço parasitário, alojando-se entre pequenos produtores e consumidores e extraindo parte do seu excedente, pois favorecido por relações personalistas e clientelistas, seu espaço de atuação garante proteção contra a concorrência e a manutenção de oportunidades de valorização (BRANDÃO; CANO 2006).

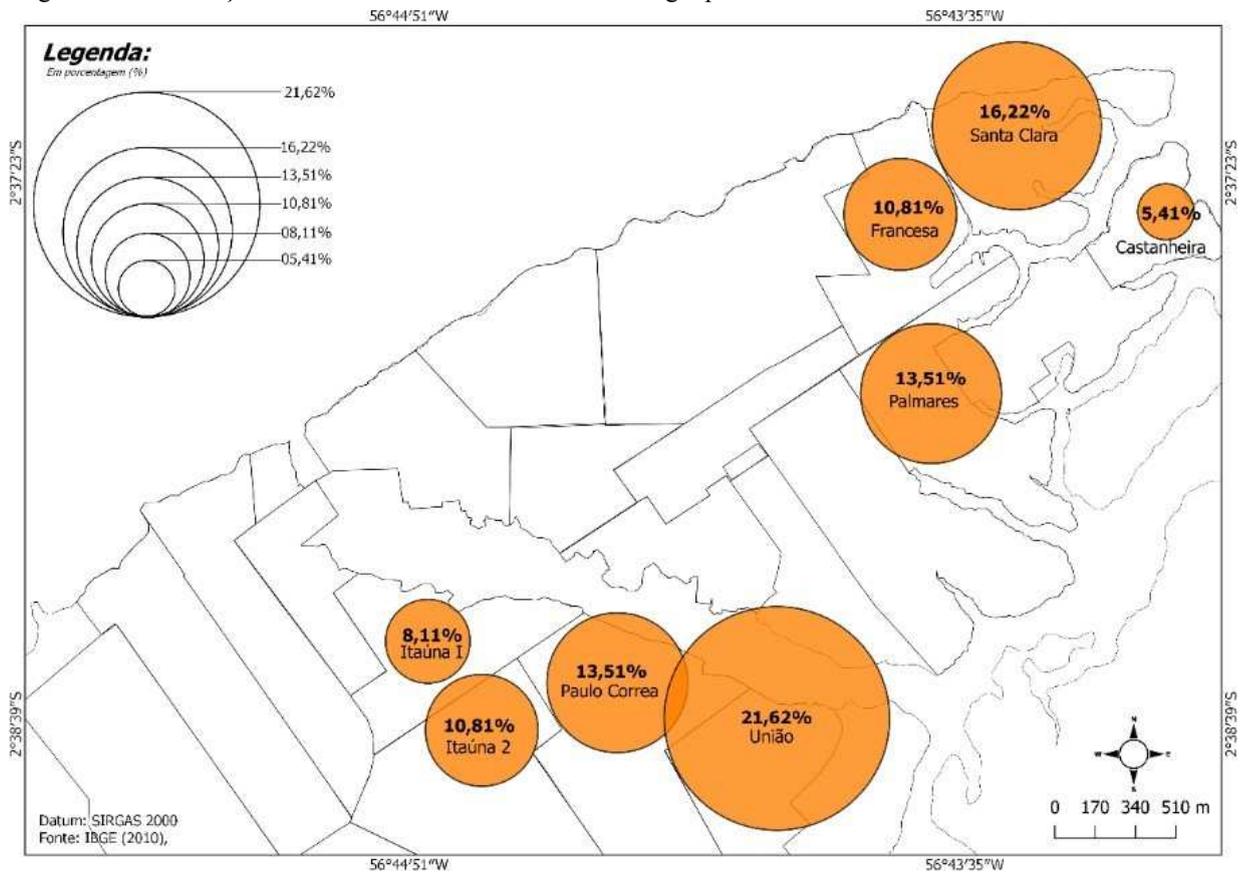
Apesar da criminalização da prática por lei, a extração e comercialização da madeira ilegal em Parintins e entornos tem aumentado nos últimos anos, fato acentuado pelo desmonte dos órgãos de fiscalização da gestão Federal entre 2019 e 2022. Pela insuficiente dinâmica econômica que propicie trabalho (formal ou informal) para a crescente população urbana na sub-região, houve expansão da comercialização de madeira na economia intra urbana de Parintins (figura 1), alavancando a extração ligada à demanda urbana ou a mercados externos. A reboque, a demanda por pessoas dispostas a navegar também cresce.

Através de trabalho de campo em todos os bairros da cidade constatou-se através de entrevistas com moveleiros, carpinteiros e proprietários das residências que comercializam a madeira, que raramente

este comércio se caracteriza através de anúncios, propagandas ou placas. O principal indicador de oferta são as pilhas de madeira localizadas na frente das casas ou pela divulgação informal em conversas entre os que procuram o produto.

A figura 1 quantifica a presença deste tipo de comércio distribuídos na cidade, cujos bairros com acesso às beiras dos rios facilitam a prática. O sítio urbano de Parintins configura-se como um arquipélago fluvial, que no período das cheias se torna navegável em quase todo o perímetro urbano.

Figura 1 - Distribuição das unidades de venda de madeira ilegal pelo comércio informal na cidade de Parintins



Fonte: Simas; Bartoli (2023)

Evidencia-se que é uma modalidade muito desenvolvida por setores populares de baixa renda, o que denota a importância da atividade para a formação da renda urbana e da urgência de instituir políticas públicas para se repensar o circuito. A figura 1 destaca que o comércio informal está presente nas ruas próximas às beiras e aos pontos estratégicos de desembarque dessa madeira. O bairro Santa Clara possui tradicional presença de carpinteiros navais que em seus estaleiros (popularmente chamados de “tilheiros”) e pequenas movelarias que também costumam processar madeira para venda (BARTOLI, 2019a). Os

bairros Francesa e Castanheira são acessados pela entrada da lagoa²⁵ da Francesa, com diversos pontos que facilitam o desembarque. O bairro Palmares é também entrecortado por diversos caudais hídricos, facilitando o acesso nas cheias.

Identificou-se que o bairro onde há maior presença deste tipo de comércio é a União, cuja extensa beira de rio é repleta de flutuantes, denota forte centralidade. No Polo Industrial Moveleiro de Parintins, existem cerca de 46 movelarias em funcionamento, sendo uma das grandes consumidoras de madeira sem documento de origem. Os donos de movelarias geralmente procuram a madeira com mais frequência nestes locais de comércio informal quando precisam do produto com urgência. Porém, em sua maior parte, a madeira é encomendada diretamente dos interiores.

O “entrevistado C”, proprietário de movelaria, ao ser questionado acerca de como adquire a madeira, relata:

“É mais fácil comprar por encomenda direto do madeireiro que mora lá mesmo na comunidade, porque ele só pede uma entrada em dinheiro, o óleo queimado e a gasolina. Depois ele mesmo traz no próprio barco até no porto, ou as vezes de motor de linha [...]. Os preços da madeira variam né, quando tá cheio o rio, a madeira é mais barata, e quando tá na seca não tem atalho e ele traz pela frente da cidade mesmo.”

Por meio de entrevistas não-diretivas, constata-se que as movelarias do Polo Industrial Moveleiro de Parintins absorvem madeira dessa forma, processando-as e transformando-as em móveis que serão vendidos com preços e documentação formais. A figura 2 apresenta as redes estabelecidas pelas embarcações, que desempenham papel central no cotidiano dos sujeitos e na configuração desse subsistema territorial. Realizam fluxos de uma variedade de produtos oriundos da produção rural e extrativista de comunidades dos municípios de Parintins e Juruti (PA). Transportam ainda passageiros que necessitam acessar a cidade para estudos, acesso ao sistema de saúde, mercados e inúmeras funções que os adensamentos urbanos propiciam por sua responsabilidade territorial²⁶.

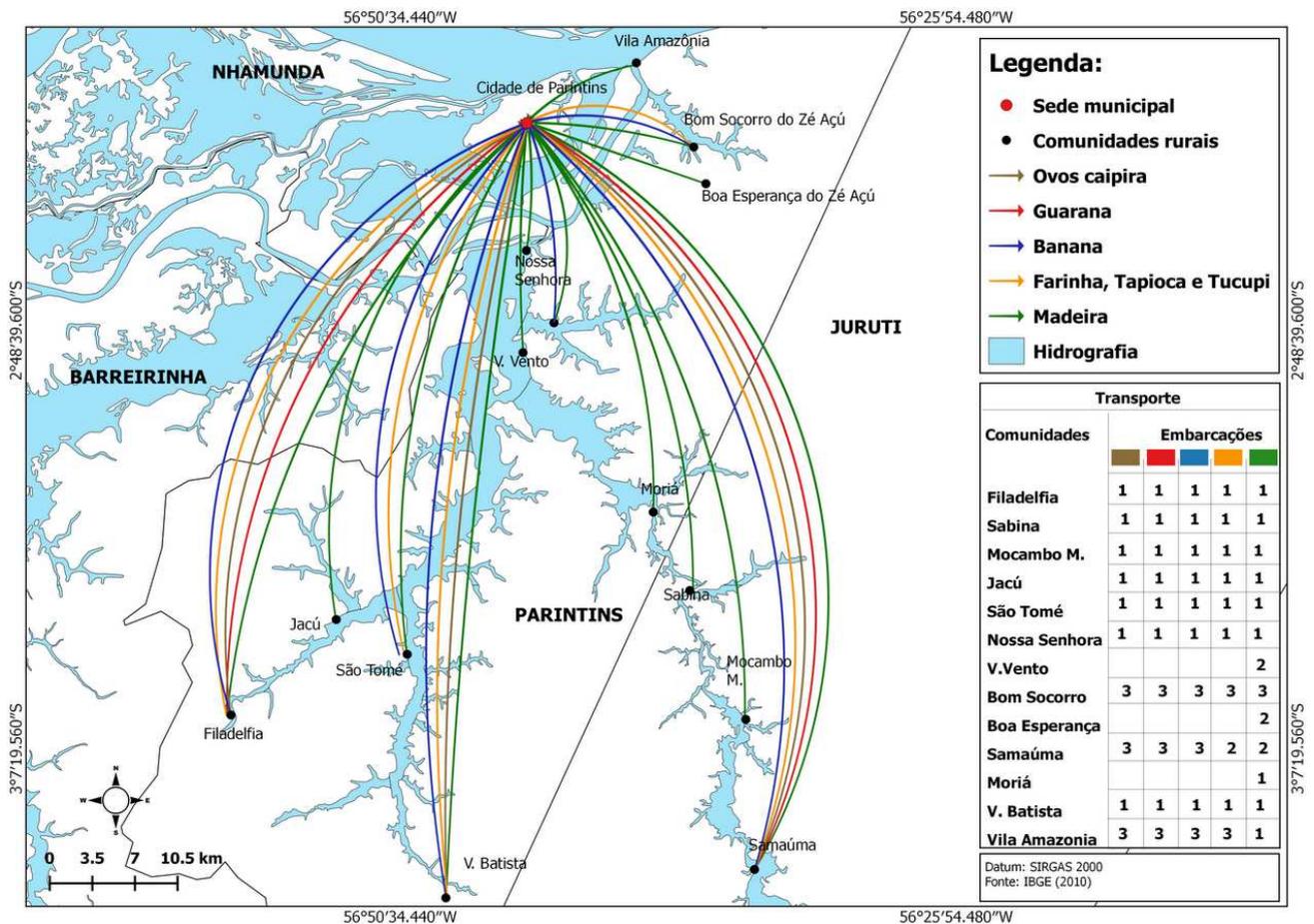
Percebe-se que todas as comunidades atendidas pelas embarcações entrevistadas fornecem madeira para a cidade (setas verdes da figura 2). Um dos fluxos relativo à forte influência da cultura indígena e valorização do produto, refere-se à produção de guaraná, com presença da etnia Sateré-Mawé nos altos cursos dos rios Mamurú (comunidade Samaúma) e Jacú (comunidade Filadélfia). Os derivados de macaxeira são sempre comuns e volumosos, sendo o cultivo principal dos interiores. Banana e ovo caipira

²⁵ Termo popular usado para nomear a localidade, mas que na realidade o corpo hídrico faz parte de um complexo flúvio lacustre mais amplo de uma microbacia.

²⁶ O termo cujo debate recém lançado encontra-se na coletânea lançada pela Rede Estudo de Cidades Médias (ReCiMe), que analisou as cidades de Parintins e Rezende (SCHOR; SILVA, 2022), também merece aperfeiçoamento das situações.

também compõem itens bastante encontrados nas feiras da cidade, compondo essa economia complementar. Nota-se que as comunidades distantes participam com intensidade do abastecimento da cidade. Observou-se que o estoque de espécies de madeira mais demandadas vem declinando e sendo encontrado em áreas cada vez mais distantes. Os fluxos indicados pelas setas confirmam as múltiplas atividades exercidas nas economias interioranas, que são complementadas por pequenos serviços e afazeres na cidade. Essa multifuncionalidade das redes é umas das características mais marcantes nos estudos do STUR (BARTOLI, 2020 a; 2020 b; 2020; 2022).

Figura 2 - Fluxos de produtos transportados dos interiores para a cidade



Fonte: Simas; Bartoli (2023)

Portanto, a “fronteira” entre o que se concebe como legalidade e ilegalidade se torna menos precisa e passível de contradições, pois a madeira trazida dos interiores cumpre parcialmente usos socialmente necessários, beneficiando o comércio popular. Na maioria das vezes, quem compra a madeira

usa principalmente para construção de cercas, casas, móveis, entre outras utilidades. Ao mesmo tempo, outra parcela é destinada a firmas do capital mercantil com destinos diversos.

A tabela da figura 2 representa o fluxo de produtos regionais trazidos das comunidades para a cidade de Parintins. As comunidades Filadelfia, Sabina, Mocambo, Jacú, São Tomé e Nossa Senhora, registram a ocorrência de apenas uma embarcação que realiza o trajeto, transportando todos os tipos de produtos. Já nas comunidades do Varre Vento e Boa Esperança, duas embarcações trazem somente a madeira. Na comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, três embarcações transportam todos os produtos apresentados na legenda. Na comunidade de Samaúma, três embarcações trazem ovos caipira, guaraná e banana, outras duas trazem farinha, tapioca, tucupi e madeira. No Moriá apenas uma embarcação traz somente madeira. Na cabeceira do rio Uaicurapá, na Vila Batista, apenas uma embarcação traz todos os produtos apresentados na legenda do mapa. Já na Vila Amazônia, três embarcações trazem ovos caipira, guaraná, banana, farinha, tapioca e tucupi, somente uma embarcação traz madeira. O desafio da construção de uma economia popular urbana com graus de autonomia crescente e pautada por uma cultura popular contra-hegemônica parece ser alternativa para os problemas que a “ilegalidade” (formas de trabalho, conquista da habitação, práticas diversas de extrativismo, etc.) representa para os mais pobres e para o atendimento de suas necessidades, a começar pelas mais urgentes (CORAGGIO, 2002; SOUZA, 2009, ZALUAR, 1996).

A fronteira entre legalidade e ilegalidade se torna menos precisa e permeada de contradições, pois a incapacidade do capital mercantil em promover incrementos constantes da produtividade do trabalho e devido “aos limites encontrados pela manufatura em transformar a estrutura produtiva em seu conjunto, a acumulação do capital comercial dependerá do apoio do Estado e da violência extra-econômica (SOUZA, 2009, p.2)”.

O sistema territorial da madeira ilegal não pode ser entendido isolado das territorialidades complexas (dimensões dos sistemas territoriais), que compõem redes de sujeitos situados, cujas estratégias multifacetadas são interpretadas como PaT-S: extensas redes familiares; saberes tácitos do singrar; vínculos territoriais afetivos e simbólicos; formação de territórios comuns i-materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio territorial situacional deve ser interpretado no conjunto de elementos (dimensões) que configuram sistemas territoriais. No transcurso das análises, constata que relações transescalares

situam o patrimônio em meio a relações de poder, potencializando o adjetivo territorial. Isso implica que cada dimensão coevolutiva seja considerada no interior de arenas conflitivas relacionais situadas (ênfase na cidade e no fenômeno urbano, no presente texto), onde redes de sujeitos, cenários, eventos e intencionalidades diversos são também permeados de disputas paradigmáticas. Os mecanismos que envolvem determinados recursos territoriais sob as influências dos sistemas territoriais podem indicar se o “uso” do patrimônio coincide com graus de liberdade, autonomia e governança, fornecendo diagnósticos para repensar o futuro de populações.

Vislumbrar a transformação de um recurso em patrimônio requer o alicerce de paradigmas críticos no interior da abordagem territorial: a situação em que determinado recurso se encontra necessita do entendimento de como uma ou mais dimensões coevolutivas estão estagnadas, afetadas ou sob o controle de outras dimensões. Nas pequenas cidades amazônicas, as dimensões humanas, culturais e sociais podem estar sob domínio e constrangimento das dimensões político-econômico-institucionais. Essas configurações devem ser consideradas caso se deseje a construção de um pulsar utópico revolucionário para a atingir a soberania popular e sustentável, transformando os recursos em patrimônios territoriais. OPaT-S está inserido na relação dialética entre o espaço herdado de longa coevolução socionatural e as dinâmicas territoriais atuais. Urge interpretar o patrimônio territorial no interior dos mecanismos de alienação territorial, onde o fenômeno urbano é um importante mediador. Ativado, adormecido ou até mesmo destruído (um dialeto indígena, por exemplo), o patrimônio se encontra sob ataque em meio à perversidade da globalização.

O caso da extração/comercialização de madeira é ilustrativo. Contrastando formas de circulação alienadas (drenagem de renda) no interior da relação STUR/capital mercantil, há circulação necessária dos sujeitos do STUR. Essa interação é útil para entender a ocupação das vastas porções do território sob influência das cidades, tradicionalmente dominadas por elites conservadoras ligadas à permanência de estruturas de exclusão e pobreza. Dessa forma, torna-se objeto para aprofundamentos de estudos futuros a análise de diversas configurações de sistemas territoriais, cuja manutenção do poder está relacionada às *frações arcaicas do capital mercantil e existências de redes ilícitas* com nódulos estratégicos às cidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Gratificação por Produtividade Acadêmica (GPA) desenvolvido pela Universidade do Estado do Amazonas pela bolsa concedida (portaria N.º 387/2022 - GR/UEA), projeto *Patrimônio Territorial, Sistemas Territoriais e os Papéis das Cidades para o Desenvolvimento Territorial de Parintins (AM) e sub-região*.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar; PAIVA, Luiz Fábio S. **Entre nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru).** In: Revista Ambivalências. V.3, N.5, p. 115-148, Jan-Jun/2015.
- BARTOLI, E. **Ações Indígenas Sateré-Mawé na Cidade de Parintins (AM) e a Formação de Sistemas Locais Territoriais Urbano-Ribeirinhos.** In: Anais Simpósio Nacional de geografia Urbana (SIMPURB), CD-room. Fortaleza: UFCE, 2015.
- BARTOLI, E. **O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM).** 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2017.
- _____. **Cities in the Amazon, Territorial Systems and the Urban Network.** Mercator, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a.
- _____. **Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM).** Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b.
- _____. **Tilheiros: carpintaria naval e sistemas territoriais em Parintins-AM.** Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), v. 51, p. 43-62, 2019a.
- _____. **Territorialidades Urbano-Ribeirinhas: o Sistema Territorial pesqueiro de Parintins (AM).** GeoNorte, v.13, 2019b.
- _____. **Cidades Pequenas na Amazônia e Ordenamento Territorial: Redes de Sujeitos Locais e as Redes Urbanas de Urucará (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM).** Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 12, n. 1, p. 80-105, 2020a.
- _____. **Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM).** Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), nº 19, p. 132-157, 2020 b.
- _____. **Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM).** Revista Espaço e Economia, v. 20, p. 1 - 27, 2020c.
- _____. **Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos: uma proposta metodológica para análise de cidades de dinâmica fluvial e ribeirinha na Amazônia.** In: CASTRO, Claudio Eduardo de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022 a . p. 231-262.
- _____. **Sistemas territoriais na Amazônia e o papel das cidades para o desenvolvimento regional: a Biorregião de Parintins (AM).** Eutopia: Revista de Desarrollo Territorial, n. 21, junho, p. 30-51, 2022.

BARTOLI, Estevan. MARQUES, Rildo. **Morfologia e Geomorfologia Urbana: sistemas territoriais e as margens fluviais em Parintins (AM)**. Revista Geografia e Pesquisa. Ourinhos, v. 13, n. 2, p. 44-58, 2019.

BECKER, B. **Redefinindo a Amazônia: o Vetor Tecno-Ecológico**. In: CASTRO, I; COSTA; P. C. e CORRÊA, R.L. Brasil: questões atuais da organização do território. Rio de Janeiro: Bertrandt Brasil, 2008, p. 223 - 243

BRANDÃO, C. **Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista**. In: Capitalismo Globalizado e recursos territoriais. ALMEIDA, A. W. de. Et al. (orgs). Lamparina: Rio de Janeiro, 2010. P. 39-69.

BRANDÃO, C.A; CANO, W. **Anotações sobre o Capital Mercantil: análise de sua natureza e estudo das formas através das quais ele dá a tônica da valorização de capitais no Brasil**. Campinas: Mimeo, 2006.

CASTRO, Edna. **Saberes críticos sobre a América Latina a partir da perspectiva da Pan-Amazônia**. III Jornadas de Estudios de América Latina y El Caribe. Setembro de 2016.

CASTRO, Claudio Eduardo de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). **Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais**. Londrina, PR: Editora Liberdade, EDUEMA, 2022.

CASTRO, Claudio Eduardo de. SODRÉ, Ronaldo Barros. **Do território múltiplo ao lugar comunitário**. In: CASTRO, Claudio Eduardo de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais / Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 51 -76.

CLAVAL, P. **Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 2014

CATAIA, M. **Análise de situações geográficas: notas sobre Metodologia de pesquisa em geografia**. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p.9-30, V.11, n.15, jan-jun.2015.

COELHO NETO, A. S. **A trama das Redes Socioterritoriais no Espaço Sisaleiro da Bahia**. Niterói, 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de geociências da Universidade Federal Fluminense. 2013.

CORAGGIO, J.L. **Hacia un proyecto de Economía Social centrada en el trabajo: contribuciones de la Antropología Económica**. 2002.

CRUZ, V. C. **O Rio como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia**. in: TRINDADE JR. S. C. C. TAVARES, M. G. *Cidades Ribeirinhas na Amazônia*. BELÉM: UDUFPA, 2008.

DALLABRIDA, V. R. **Abordagem Territorial do Desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê.** Revista Brasileira De Gestão e Desenvolvimento Regional, v.18, n.1. p. 8 -12, jan – abr /2022.

DARDOT, P.; LAVAL C. **Comum, ensaio sobre a revolução no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017.

DEMATTEIS G. *I sistemi territoriali in un'ottica evolucionista.* In: DEMATTEIS G. GOVERNA, F. (orgs.). Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot. Milano: Angeli, 2005.

DEMATTEIS G. GOVERNA, F. **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot.** Milano: Angeli, 2005.

GODOY, Tainah Ribeiro Reis. **O “Caboclo” amazônida e as ciências ambientais: uma reflexão sobre a colonialidade do pensamento científico brasileiro.** In: SCHOR, T (org.) Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: as vilas e a urbanização no Amazonas - vol. 5 – Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Do movimento social ao movimento socioterritorial.** In: CASTRO, Claudio Eduardo de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, jan-jun. 2005.

FERREIRA, Márcia Regina. **Inovação social e saberes outros: o que a construção do conhecimento formal tem a ver com isso?** In: CASTRO, Claudio Eduardo de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 77 - 96.

GUDYNAS, E. **Diez Tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo.** In: CAAP y CLAES. Extractivismo, política y sociedad. Quito: Centro Andino de Acción Popular y Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LUHMANN, Niklas. **La costituzione come acquisizione evolutiva.** In: ZAGREBELSKY, Gustavo; PORTINARO, Pier Paolo; LUTHER, Jörg. In: Il futuro de la costituzione. Torino: Einaudi, 1996a, pp. 83-128.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

MACHADO, L. O. **Sistemas e Redes Urbanas como Sistemas Complexos Evolutivos**. In: CARLOS, A. F. A. LEMOS, A. G. Dilemas Urbanos. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2010a.

_____. **Montespertoli: le mappe di comunità per lo statuto del território**. Firenze: Alinea, 2010b.

OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PASUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. Teses (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **La economía popular y sus caminos en América Latina**. Lima: Mosca Azul Editores, 1998.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **A produção das Estruturas Espaciais e sua Representação**. in: SAQUET, M. SPOSITO, E. S. Territórios e Territorialidades. Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. **Entre a “modernidade” e a “pós-modernidade”: a continuidade da colonialidade**. In: CASTRO, Claudio Eduardo de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais / Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 51-76.

SAQUET, M. A. DANSERO, E. CANDIOTO, L. Z. P. **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SERPA, A. **Como prever sem imaginar? O papel da imaginação na produção do conhecimento geográfico.** In: SERPA, Angelo (org.) *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações.* Salvador: ED UFBA, 2008. P. 59-71

SILVA, Fernando; BARTOLI, Estevan. **Capital mercantil, transportes fluviais e a rede urbana sub-regional de Parintins-AM.** *Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos*, v. 13, n. 1, 2019. p. 7-18,

SIMAS, E. A; BARTOLI, E. B. **Sistema Territorial da madeira Ilegal no Município de Parintins (AM).** *Revista Verde Grande*. 2023, v.2, p. 44 - 65.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentions politics: produção do espaço, redes e lógica racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina.** Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

SOUZA, Marcos Barcellos de. **Acumulação ilícita e território: do capital mercantil às redes ilícitas.** In: XIII ENANPUR, 2009.

SWINGEDOW, E. **Social power and the urbanization of water: flows of power.** OUP Oxford, 2004.

_____. **A Cidade Como um Híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg.** in: ACSELRAD, Henry (org.). *A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.* Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

STRACCIA, Patricio Hernán; PIZARRO, Cynthia Alejandra. **Ecología política: aportes de la sociología y de la antropología.** *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 2019, v. 16, n.84, p. 64 – 84.

TORRES, Maurício; CUNHA, Cândido Neto da. Guerrero, Natalia Ribas. **Ilegalidade em moto contínuo: o aporte legal para destinação de terras públicas e a grilagem na Amazônia.** In: OLIVEIRA, A. U. *A grilagem de terras na formação territorial brasileira.* São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

VASCONCELOS, Diego de Paiva. **A (dis)funcionalidade do Estado de Coisas Inconstitucional (ECI); estrutura da decisão e os limites funcionais do direito.** In: *Conpedi Law Review*, 2017. Disponível em: <http://portaltutor.com/index.php/conpedireview/article/view/480>. (Acesso em: 10 de fevereiro de 2023).

ZALUAR, Alba. **A globalização do crime e os limites da explicação local.** In: Velho, Gilberto & Alvito, Marcos. (Org.). *Cidadania e Violência.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Editora da FGV, 1996.